

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO: Uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem

Nayara Saraiva Pinto¹
Claudia de Oliveira Vale²

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO (IESF)

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir as dificuldades no processo de aprendizagem escolar do aluno com autismo, apresentando uma visão geral sobre o espectro autista (TEA) e os principais sintomas que prejudicam a aprendizagem e inclusão escolar. O objetivo do estudo é compreender a inclusão escolar dessas crianças, revisando o conceito dos estudos existentes na área através de recortes bibliográficos que sirvam como aporte para professores e demais pessoas interessadas no assunto. A pesquisa é de estudo descritivo, qualitativo, prospectivo de revisão de literatura. Várias concepções teóricas embasaram essa pesquisa tais como: batista (2012), Araújo (2011), Lakatos (2014) Ferreira (2013), Ferreira (1985), entre outros, para tanto utilizamos livros, revistas científicas, documentos eletrônicos, impressos e da internet, periódicos, artigos entre outros. É de conhecimento que o autismo traz limitações que acabam influenciando no processo de aprendizagem na escola bem como na socialização com as demais pessoas, essenciais para o processo educacional. O transtorno do espectro do autismo - TEA, ainda que traga uma série de dificuldades para a criança o processo de ensino-aprendizagem é extremamente importante para melhorar o seu desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Autismo. Criança. Aprendizagem. Escola. Educador.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem acontece desde o nascimento do indivíduo quando este interage com as pessoas, os objetos e o meio que o cerca. Tais fatores influenciam para um desenvolvimento saudável. Nesse trabalho abordaremos questões importantes sobre o transtorno do espectro autista e/ou autismo, bem como suas possíveis causas e diagnósticos.

¹ Graduanda do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

² Mestra em Educação, pelo programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE/UFMA, Especialista em Educação Especial, Inclusão e Libras, pela Universidade Uniasselvi, Especialista em Gestão Escolar pelo Centro de Ensino de Planejamento e Avaliação do Maranhão-CAPEM. Pedagoga, graduada pela Universidade Federal do Maranhão, Interprete de Língua Brasileira de Sinais, SEEDUC/MA, Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano-IESF. Orientadora deste trabalho.

É de suma importância saber sobre a dinâmica de relacionamento social das pessoas com esse transtorno e o que pode ser feito dentro da escola para amenizar possíveis conflitos. É importante saber como as pessoas com autismo se comunicam com os outros, qual a linguagem desenvolvida por eles e como é a sua forma de aprendizagem.

Quando a criança vai para a escola a aprendizagem se dá de várias maneiras, desde a aquisição do conteúdo formal até a interação com os professores e demais alunos. No entanto, alguns indivíduos apresentam transtornos desde a primeira infância que perdura pela vida toda, necessitando de atenção constantemente.

O transtorno do espectro autista (TEA) ou simplesmente autismo aparece geralmente por volta dos três primeiros anos de vida comprometendo as habilidades de comunicação e de interação social do indivíduo.

Entender o desenvolvimento educacional dos alunos autistas, é de suma importância pois há um entrave bastante aparente quando se trata da escolarização de crianças com autismo, tendo em vista a falta de interação social, linguagem e algumas vezes de comunicação verbal.

Por tanto buscamos compreender como a comunidade escolar se organiza para promover o desenvolvimento integral desses alunos, e quais estratégias usadas para garantir a aprendizagem de cada um deles, visto que o TEA engloba outros transtornos.

Existem outros transtornos parecidos com o TEA, que se inserem dentro dessa mesma perspectiva, são eles: O Transtorno desintegrativo da infância caracterizada como uma doença rara, onde a criança perde suas habilidades antes dos 10 anos de idade; e o Transtorno de desenvolvimento pervasivo: conhecido como autismo atípico.

Apresentaremos as características e dificuldades da criança com TEA, sugerindo algumas metodologias de ensino que favoreçam o trabalho de sala de aula, mostrando como acontece o processo de inclusão no contexto da sala de aula do ensino regular. O transtorno do espectro autista vem acompanhado de muitas outras dificuldades que dificultam o desenvolvimento do indivíduo no ambiente escolar. Dificuldades de organização, distração e sequenciação que parecem fáceis para muitas crianças para a criança com autismo são extremamente difíceis de realizar e a consequência mais comum é o fracasso escolar.

De acordo com Ferreiro (1985) “se reunimos todos os fatores de incidência negativa - nível de conceitualização, metodologias e classe social – as probabilidades de obter êxito na socialização e na aprendizagem da língua oral são, obviamente, muito poucas”.

Atividades que visem a apreensão da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para que a aprendizagem seja efetivada em sala de aula. Esses processos, em geral, ocorrem na escola de forma sistemática, porém, a dificuldade apresentada por alunos autistas tem sido motivo constante de preocupação por parte dos pais e professores.

Sendo assim nossa preocupação foi o de encontrar situações que visem a melhoria do processo de escolarização de alunos com a TEA, e que sirvam de incentivo para professores e demais profissionais interessados em trabalhar com essa clientela dentro do contexto escolar.

2 O QUE É TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA OU TEA?

O transtorno de espectro autista – TEA, caracteriza-se como uma síndrome que interfere diretamente no comportamento do indivíduo, dificultando sua interação social, comunicação, domínio da linguagem e/ou lidar com jogos simbólicos, e inabilidades sociais como comportamento restritivo e repetitivo podendo variar de pessoa para pessoa.

O termo autismo foi mencionado pelo pesquisador Bleuler (1911) pela primeira vez, como sendo a perda de contato com o mundo exterior. Ou seja, que vivem em um mundo próprio ou ainda, dentro de si mesmo. Em 1944, Asperger sugeriu que crianças autistas apresentavam certo grau de desenvolvimento cognitivo e que apresentavam, portanto, inteligência normalmente se comparado aos demais.

Hoje várias etiologias são apresentadas para se referir ao TEA/autismo, classificadas também por graus variáveis que vai de leve, moderado e severo. Há ainda algumas variações relacionadas ao autismo que são denominadas como Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD.

As TGD são caracterizadas pelas dificuldades de socialização, atraso na linguagem e na comunicação, e por comportamentos agressivos. Pessoas com essas características experimentam comprometimento intelectual que interferem

significativamente no desenvolvimento e conseqüentemente nos âmbitos social e escolar.

O autismo pode ser caracterizado por um comportamento atípico na interação social dessas pessoas, bem como pelo repertório pobre de atividades e interesses que provocam isolamento contínuo. Inicialmente os estudos apontavam que o possivelmente o transtorno resultava de problemas familiares e de condições psicológicas alteradas, mas logo depois novos estudos mostraram improcedência nessa hipótese.

Hoje acredita-se que vários fatores podem causar o transtorno, inclusive de ordem genética e biológica e acomete pessoas de todos os níveis sociais. No entanto os meninos afetados pelo transtorno são em maior número que as meninas.

O transtorno pode se manifestar logo nos primeiros meses de vida da criança, no entanto só são percebidas mais tardiamente dificultando o diagnóstico do problema.

O **DSM-5**, caracteriza o autismo como Transtorno do Espectro do **Autismo**, classificado como um dos Transtorno do Neurodesenvolvimento, e que se caracteriza pelas dificuldades de comunicação e interação social e também os comportamentos restritos e repetitivos, divididos nos **níveis** leve, moderado e severo, conforme a autonomia da pessoa, sua necessidade de ajuda e a intensidade das características do **autismo**. Para Beltrame (2013) dentre os principais sintomas de autismo observados

- Até 9 meses: Não se aconselham ao colo da mãe ou do pai e não olha nos olhos, não sorri, não emite sons que possam chamar a atenção dos adultos;
- Com 1 ano: Não olham quando são chamados pelo nome;
- Após os 2 anos: Não usam mais de 2 palavras que não sejam repetição. Somente a partir dos dois anos de idade a criança apresenta os seguintes sinais e sintomas: Dificuldade na interação social, Dificuldade de comunicação, Alterações comportamentais, segundo Varella (2016) o quadro clínico, das pessoas com o transtorno do espectro autista pode ser dividido em 3 grupos:
 - ✓ Ausência completa de qualquer contato interpessoal, incapacidade de aprender a falar, incidência de movimentos estereotipados e repetitivos, deficiência mental;
 - ✓ A pessoa com TEA é voltado para si mesmo, não estabelece contato visual com as pessoas nem com o ambiente; consegue falar, mas não

usa a fala como ferramenta de comunicação (chega a repetir frases inteiras fora do contexto) e tem comprometimento da compreensão;

- ✓ Domínio da linguagem, inteligência normal ou até superior, menor dificuldade de interação social que permite aos portadores levar vida próxima do normal.

Para Gauderer (1987), as crianças com autismo, geralmente apresentam dificuldade em utilizar corretamente as palavras, mas quando são inseridos dentro de um programa específico é observado mudanças significativas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem.

As manifestações autistas variam muito, e estão ligadas diretamente à maneira como elas vivenciam as regras sociais, desenvolvendo comportamentos que favoreçam adaptação social e auto desempenho. Nesse contexto a escola aparece como passaporte para o desenvolvimento de estratégias que viabilizem a integração e interação com outras pessoas.

2 DIFICULDADES DOS DOCENTES EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Quando se fala no despreparo dos professores para lidarem com alunos com Transtorno do Espectro Autista, não se refere somente a falta de especialização e capacitação destes, mas em relação as dificuldades enfrentadas pelos docentes ao lidarem com estas crianças, pois são inúmeras (DUTRA, 2016).

Dentre estas dificuldades encontradas muitos professores relatam são norteados por sentimentos de intensa frustração e medo de lidar com determinados comportamentos de alunos com autismo, pois sabe-se que é extremamente difícil prender a atenção do aluno com autismo, o que para muitos docentes é motivo de desistência do processo de ensino-aprendizagem de aluno com esse tipo de transtorno.

Além disso, outra dificuldade desses professores é em relação a alfabetização, pois as práticas tradicionais são ineficazes para a alfabetização de alunos com TEA, já que os mesmos apresentam em sua maioria isolamento social, principalmente nos graus mais severos (LOPES, 2013).

De acordo com Dutra (a 2016) “frustração e impotência parecem estar associados, dentre outros fatores, à percepção de isolamento profissional”. Sabe-se

que é de fundamental importância que o docente tenha conhecimento teórico-científico para lidar com alunos autistas, pois lidar com esse transtorno requer também preparo emocional e paciência. Muitos professores desistem das crianças com autismo no primeiro encontro, justamente por medo, falta de paciência.

E neste ensejo, deve-se prover suporte e orientação aos professores, para que tenham melhor compreensão das necessidades de o aluno bem como avaliar as estratégias eficazes para seu aprendizado e assim contribuir para a construção da inclusão da criança com autismo.

Outro aspecto importante, são os professores trabalharem em conjunto com os demais profissionais que lidam cotidianamente no tratamento do autista, tais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e até mesmo os pais, para de alguma forma (FONTES, 2016).

Para muitos professores a situação frustrante que passam ao lidarem com crianças autistas acaba por deixá-los vulneráveis frente ao processo, tendendo a não acreditarem que suas técnicas possam beneficiar a aprendizagem dos seus alunos.

Para Lakatos (2014) ...é extremamente necessário que os professores possam contar cotidianamente com recursos que sirvam para auxiliar nas práticas de sala de aula, tais como estar sempre disponível emocionalmente para com o aluno, pois este é um aspecto positivo em sua prática profissional e conseqüentemente na transmissão de seus conhecimentos.

As dificuldades enfrentadas pelos professores ao lidarem com crianças com TEA não devem ser motivo para que não desistam de educar estas crianças, pois a escola, a interação social com outras crianças, o processo ensino-aprendizagem, e as demais atividades inerentes ao desenvolvimento cognitivo e motor aprendido em sala de aula por estes alunos irão contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades (FUJISAWA, 2011)

2.1 O autista e a escolarização

Geralmente o autista apresenta baixo desenvolvimento na aprendizagem dessa forma caberá ao professor adequar uma metodologia específica que vise atender a todos indistintamente. O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu potencial, de acordo com sua idade e de acordo com o seu interesse.

Se a criança estiver executando uma atividade nova de maneira inadequada, é importante a intervenção rápida do professor, mesmo que para isso seja necessário segurar a mão da criança ou até mesmo dizer-lhe a resposta. (PEETERS, 1998 pág. 15).

Ao professor fica a responsabilidade de prestar atenção especial a essa clientela, mas principalmente sensibilizar os alunos envolvidos no âmbito escolar, no sentido de informar quem são e como se comportam alunos autistas. A inclusão escolar proporciona à pessoa com autismo a oportunidades de convivência com outras da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social.

Nesse sentido algumas recomendações podem ser observadas para que se promova melhor desenvolvimento ao indivíduo autista. Por isso, todos os envolvidos precisam de atendimento e orientação especializados.

Portanto, cabe ao professor descobrir um meio ou técnica, que possibilite estabelecer algum tipo de comunicação com a pessoa autista. Pessoas com TEA têm dificuldade em lidar com mudanças por menores que sejam; por isso é importante manter tudo dentro da rotina.

É sabido que a inclusão favorece alunos com qualquer tipo de deficiência, no entanto é preciso que cada caso seja analisado dentro do seu próprio contexto. Há casos em que o melhor é procurar uma instituição que ofereça atendimento mais individualizado.

Algumas pessoas com autismo apresentam excelente desenvolvimento e podem apresentar desempenho em determinadas áreas do conhecimento com características de genialidade. Educar uma criança nessa condição é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional.

Segundo Berehff (1991, pág. 21), "Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis".

2.2 Dicas para promover a inclusão escolar de crianças com espectro autista

Citando Lakatos (2014), ...as instituições de ensino têm obrigação de incluírem os indivíduos com quaisquer tipos de deficiência na educação regular,

devendo esta ser realizada com total responsabilidade, nesse sentido a função da escola e dos profissionais é de combater as discriminações que possam existir, bem como estarem aptas a receber o aluno com necessidades especiais.

A inclusão vai além da simples inserção no espaço escolar, mas que essa criança seja respeitada como aluno, e tenha suas necessidades atendidas por profissionais especializados satisfatoriamente, bem como ter seus direitos respeitados sem sofrer quaisquer tipos de discriminação, rejeição e bullying no ambiente escolar.

Os educadores devem ainda, fazer uso de metodologias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem do aluno com eficiência, despertando sempre seu lado motivacional (LOPES, 2013). Nesse entendimento listamos algumas dicas que devem ser observadas.

1. Pedir às famílias um relatório dos interesses, preferências e coisas que causam desgosto a cada criança.
2. Utilizar preferências e materiais de agrado para a criança na aula ou no pátio para estabelecer um vínculo com a escola e as pessoas do ambiente escolar.
3. Trabalhar por períodos curtos, de cinco a dez minutos, em atividades de complexidade crescente, incorporando gradativamente mais materiais, pessoas ou objetivos.
4. Falar pouco, somente as palavras mais importantes (geralmente um autista não processa muita linguagem cada vez).
5. Utilizar gestos simples e imagens para apoiar o que é falado e permitir a compreensão (os autistas são mais visuais que verbais).
6. Desenvolver rotinas que a criança possa prever ou antecipar (pela repetição e com o apoio de imagens que mostram o que vai ser feito no dia).
7. Estimular a participação em tarefas de arrumar a sala, ajudar a entregar materiais às outras crianças, etc.
8. Entregar objetos no canal visual. O adulto deve ter o objeto na mão diante dos olhos para que a criança possa pegar o objeto tendo o rosto do adulto dentro do seu campo de visão.
9. Respeitar a necessidade de estar um momento sozinho, de caminhar ou dar saltos ou simplesmente perambular para se acalmar (pode ser utilizado como prêmio após uma atividade).
10. Tentar conhecer as capacidades de cada criança para utilizá-las como entrada para as atividades de ensino (pintar, recortar, etc.).

11. Evitar falar muito, muito alto e toda situação que envolva muito estímulo (pode ser até nocivo para a criança).
12. Pergunte sempre como foi a tarde ou o dia anterior, a qualidade do sono ou se houver alguma alteração da rotina para se antecipar a estados emocionais de ansiedade. Em caso de ansiedade, procure utilizar elementos de interesse e preferência da criança, com menor exigência para não ter birras ou maior ansiedade.
13. Em casos de birra, é importante ter algum conhecimento de técnicas de modificação de conduta (time out, desvio de atenção, etc.), mas a primeira dica é não se apavorar, tentar oferecer outros objetos e, no caso de não conseguir acalmar a criança, explicar à turma o que está acontecendo e desenvolver atividade com o grupo em outro lugar e dar a possibilidade da criança com TEA de se acalmar.

Disponível em: <http://atividadesdaprofessorabel.blogspot.com.br/2013/05/dicas-para-professores-que-trabalham.html>. Acesso em: 12/10/2022.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma que seres humanos têm os mesmos direitos independentemente de sua origem, crença ou valores econômicos. Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, novas legislações passaram a existir, garantindo a pessoa deficiente um atendimento especial.

Nessa conjuntura surgiu a Lei no 7.852, de 24 de outubro de 1989, a qual enfatiza declaradamente o Art. 1º parágrafo II que a Lei tem como finalidade os seguintes objetivos:

As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. (BRASIL, Lei no 7.852/1989).

A deficiência hoje não é mais vista sob o paradigma clínico-médico, relacionando-o a limitações e incapacidades do indivíduo. O olhar da sociedade antes segregativo, deu lugar ao ser humano por traz da deficiência, respeitando as necessidades e particularidades de cada um, fazendo jus ao artigo 6º da Constituição Federal que concerne direito à educação da pessoa com deficiência.

Com o advento da inclusão, novas possibilidades surgiram para a capacitação da pessoa com deficiência, principalmente no que se refere à educação inclusiva, especificamente às políticas educacionais, que têm sido aprofundadas e fortalecidas por meio da legislação em todos os níveis da educação.

Neste panorama histórico é direito da pessoa com deficiência o acesso às escolas regulares, com atendimento no contra turno de educação especializada que atenda a necessidade de cada um. Os desafios enfrentados por pessoas com necessidades educacionais especiais, podem ser superados nas salas de recursos, cujo objetivo primordial é a organização e oferta do AEE, ofertado de maneira complementar/suplementar, atendendo pessoas com deficiências físicas, sensoriais, transtornos globais do desenvolvimento (TGDS), altas habilidades/superdotação, matriculados em salas regulares do ensino.

Esse atendimento assegura-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem, com espaços e ferramentas adequadas (hardwares e softwares) para esse fim contribuindo para a qualidade da vida prática e autônoma. A cidadania forja-se na consciência do EU, sedimenta-se nos deveres e valores herdados, fortifica-se no exercício de direitos conquistados e amplia-se na inserção do indivíduo no espaço social que lhe pertence. Um cidadão pleno é aquele que se reconhece como um ser inteiro, pleno de suas capacidades tanto no âmbito físico, quanto intelectual, social, cultural ou econômico.

A pessoa com algum tipo de transtorno e/ou deficiência deve ser vista primeiramente como ser humano, visto que essa é condição de vida, antes precisa estar consciente das próprias possibilidades, precisa aprender a enfrentar obstáculos, aceitar desafios, entender e conviver com limites e impedimentos.

Portanto o desenho da sociedade dos dias atuais reflete um perfil altamente competitivo. O conhecimento veicula-se rápido e quase sem controle. O professor desses novos tempos precisa estar instrumentalizado para cumprir sua tarefa maior: a de conduzir o aluno na via do saber, e de leva-lo a construir sua identidade, incentivar o aluno a interagir com o mundo que o cerca, fazê-lo perceber-se produtivo e com autonomia para desenvolver suas potencialidades, bem como capacitá-lo a fim de que possa sentir-se digno perante si e a sociedade.

A Educação Inclusiva configura-se na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de

forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. A prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas bem como na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

É importante a atenção e análise constante da prática em sala de aula, avaliando objetivos e estratégias educativas, sendo necessário, portanto, que se reflita sobre o momento histórico pelo qual a sociedade vive. A inclusão nesse momento chega como um signo de reparação e impõe-se como um direito.

Para Zimmermann e Strieder (2010), “a educação inclusiva deseja compreender e aceitar o outro na sua singularidade isso implica mudança de perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas”.

Dessa forma, pode-se dizer que a educação inclusiva é aceita quando se abandona a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir com o mundo. Isso requer a superação da tradicional concepção antropológica de seres humanos ideais.

Todo movimento no cotidiano escolar e fora dele é diferente, cada ser tem seu próprio ritmo corporal e cognitivo. A escola inclusive tem o dever de complementar esse atendimento através de práticas pedagógicas que venham dar condições ao aluno com deficiência de assimilar o conteúdo dado.

Em 1994, na Conferência Mundial em Salamanca (Espanha), ficou esclarecido que: “Para qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à educação”.

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou exatamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família.

Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e congêneres e em todas as classes sociais, com um agravante para as menos favorecidas. Devemos lembrar que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que “todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas”. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia.

O que fazer diante desse quadro? O primeiro passo é ampliar a visão social, através: da sensibilização contínua e permanente, da capacitação profissional em todas as áreas, elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela através do pressuposto pela Declaração de Salamanca entre outros documentos congêneres, da legislação em todos os setores da sociedade.

Para a transformação dos sistemas educacionais é importante à preparação do corpo docente, pois traz à luz esclarecimentos necessários para que não se sintam impotentes e/ou insuficientes diante das dificuldades surgidas na transição desse processo.

Ao sensibilizarmos os professores para a identificação das diversidades sociais, culturais, emocionais e físicas, sejam elas de caráter individual ou coletivo, estamos contribuindo para o seu comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, evitando, assim, que essas diferenças se tornem causa de evasão e de exclusão escolar (SOARES, 2003, p. 191).

É preciso que as escolas se tornem espaços vivos de acolhimento e de formação para todos os alunos e de como transformá-las em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. (MANTOAN, 2003, p.55).

É essencial que os professores entendam que transtorno não é doença, mas um passo importante para aceitação das diferenças e que se adaptem a este novo processo, pois é através deste que se superará a visão classificatória que condena a todos e que dela necessitam, pondo fim às ações discriminatórias erradicando-as do meio educacional.

A escola que utiliza metodologias diferenciadas, voltadas para o desenvolvimento da pessoa com algum tipo de transtorno ou deficiência e respeita as suas individualidades, terá melhor êxito ao atingir o seu desenvolvimento.

Uma escola pensada nesses moldes possibilita o aprendizado e conhecimento através da adequação de currículos voltados às reais necessidades de cada aluno, alcançando pôr fim a meta desejada, que é a melhoria da qualidade de vida do aluno com deficiência, pois se adapta às necessidades dele, respeitando seu tempo para aprender de acordo com a especificidade de cada um.

Por isso, torna-se importante que o educador esteja aberto às mudanças no intuito de alcançar seus objetivos finais. A escola inclusiva precisa adequar-se para atender os alunos, que necessitam de um suporte especial, o que segundo Soares, 2003:

Ao sensibilizarmos os professores para a identificação das diversidades sociais, culturais, emocionais e físicas, sejam elas de caráter individual ou coletivo, estamos contribuindo para o seu comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, evitando, assim, que essas diferenças se tornem causa de evasão e de exclusão escolar. (SOARES, 2003, p. 191).

Educação Inclusiva é a educação “para todos” cujo objetivo é reverter o percurso da exclusão. A educação inclusiva tem o propósito de criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos. A escola só será inclusiva quando transformar, postura, atitudes e a mentalidade dos educadores, e da comunidade lidar com o heterogêneo e conviver naturalmente com as diferenças.

Falar sobre a inclusão de pessoas com deficiências na escola é de suma importância, visto que a Lei vigente determina que todos tenham o mesmo direito sem distinção. Entretanto para que isso aconteça de fato é necessário que a sociedade como um todo se sensibilize para a problemática social.

A cultura da exclusão permeia todo o cenário brasileiro e em todos os lugares, ouve-se através dos meios de comunicação a importância da inclusão no ambiente escolar. Dessa forma vários educadores falam em suas obras da importância sobre o assunto.

Muitas mudanças são observadas nesse contexto, em relação à pessoa com deficiência que apesar de possuírem limitações são capazes de aprender e desenvolver diversas habilidades. É importante que no processo de inclusão, haja preocupação quanto ao desenvolvimento de atitudes no ambiente escolar.

Incluir requer cuidados, implementação de ações praticadas de forma adequada e eficiente através da preparação do educador para a nova proposta de inclusão de forma prática e segura, sem trazer prejuízos, para a escola e muito menos para a pessoa com deficiência.

O papel do professor nesse processo deve permear todas as ações em sala de aula. No entanto é preciso que o professor permita-se interagir, incluir, pois é ele que alavancará os recursos necessários para uma educação inclusiva de qualidade.

O processo precisa acreditar e se ver em um processo de inclusão permanente, pois o desafio maior será o de criar e recriar oportunidades de convivência, provocar desafios de interação e aproximação, bem como estabelecer

contatos com os distintos saberes, planejando de forma flexível, objetiva favorecendo a troca, a parceria e a certeza de uma inclusão de qualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas pudemos constatar que o autismo é um distúrbio com sintomas e graus de manifestações variadas independentes da classificação psicogenética ou biológica que faz com que o indivíduo com autismo apresente déficits nas áreas: social, da linguagem e da comunicação e no comportamento e pensamento.

Hoje é comum a discutirmos sobre a permanência das pessoas com necessidades especiais na escola. Bem como o preparo dos professores para trabalhar com essa clientela. Não devemos pensar no autismo como algo distante e condenado ao isolamento em escolas especializadas. Existem muitas possibilidades que podem ser feitas pelo próprio autista. A principal é acreditar que ele tem potencial para aprender.

Com a realização dessa pesquisa pudemos constatar que inclusão de crianças com TEA no ensino regular não pode se limitar ao simples ato da matrícula. É de suma importância que políticas públicas sejam efetivadas com prioridade para a formação adequada e continuada de professores. Se não houver uma intervenção pedagógica voltada para esse fim não haverá muito menos uma escola acolhedora e inclusiva de fato “a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção”.

Entretanto na prática não é isto que verificamos com relação aos estudantes com TEA. Parece que a escola se contenta apenas em mantê-los no espaço, ainda que não participem das aulas, não realizem as atividades e não aprendam. Essas crianças precisam única e exclusivamente de um programa com instruções claras e precisas essencialmente funcional, que estejam ligados diretamente a elas. É preciso saber que ele enxerga o mundo de uma forma diferente, mas vive no nosso próprio mundo.

Foram abordados conteúdos e informações necessárias para que os profissionais da área da educação tenham condições de reconhecer uma criança autista e encaminhar aos profissionais responsáveis para diagnosticar o autismo.

Sendo assim fica claro o desafio a ser superado pela pessoa com autismo, pelo professor, pela escola e pela família rumo ao sucesso. Como vimos ao longo do texto, a parceria entre família - escola - profissional competente é de suma importância para o progresso e desenvolvimento dessas pessoas.

ABSTRACT

This article proposes to discuss difficulties in the school learning process of students with autism, presenting an overview of the autistic spectrum (ASD) and the main symptoms that hinder learning and school inclusion. The objective of the study is to understand the school inclusion of these children, reviewing the concept of existing studies in the area through bibliographic clippings that serve as a contribution for teachers and other people interested in the subject. The research is a descriptive, qualitative, prospective study of literature review. Several theoretical conceptions supported this research, such as: Batista (2012), Araujo (2011), Lakatos (2014) Ferreira (2013), Ferreiro (1985), among others, for which we used books, scientific journals, electronic, printed and digital documents. internet, periodicals, articles, among others. It is known that autism brings limitations that end up influencing the learning process at school as well as socialization with other people, essential for the educational process. The autism spectrum disorder - ASD, although it brings a series of difficulties for the child, the teaching-learning process is extremely important to improve their integral development.

Keywords: Autism. Child. Learning. School. Educator.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.

_____. Resolução 02/1998 da CEB/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FACION, José Raimundo. (Org.). Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo. Editora Moderna. 2003.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. Resinificando a educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Marlene da Silva; **CARMONA**, Olimpo Ordoñez. Fundamentos da Educação Especial. Curso PI/FE/UnB. Módulo III, vol. 3. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Secretaria de Estado de Educação. 2003.

STRIEDER, R.; **ZIMMERMANN**, A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. Disponível em: www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/10_a_inclusao_cp10.pdf. Acesso em: 11/10/2022.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VINOCUR E. Como colocar limites em uma criança autista. 2013. Disponível em: <http://www.minhavidacom.br/familia/materias/16794-como-colocar-limites-em-uma-crianca-autista>>. Acesso em: 09/10/2022.